

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9022 | Salvador, 05.02.2025

Presidente em exercício- Elder Perez-



VERÃO BANCÁRIOS

Está chegando a hora

Só faltam 72 horas para a grande festa da categoria na alta estação. Com atrações qualificadas como Filhos de Jorge, Jau, DJ Preta mais Dois Tons e Meio, o Verão

Bancários, aguardado com grande expectativa, acontece sábado, a partir das 15h, no Trapiche Barnabé. Está chegando a hora. Pegue a visão. Página 2



O Verão Bancários, que acontece no Trapiche Barnabé, em Salvador, promovido pelo Sindicato da Bahia, é a melhor opção para sábado: se ligue

Agora em março, o pagamento da segunda parcela da PLR Página 3

A 72 horas da festa

Shows com Jau, Filhos de Jorge, DJ Preta e Dois Tons e Meio, para sacudir geral

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

ESTÁ CHEGANDO o grande dia. O Verão Bancários acontece neste sábado (08/02), a partir das 15h, no Trapiche Barnabé, Comércio, e promete ser inesquecível. Para garantir a entrada “de boa”, o processo é super simples.

Basta fazer o download do ingresso pelo link eventos.bancariosbahia.org.br, digitar o login, seguir o passo a passo e pronto. Não se esqueça de baixar e salvar para evitar qualquer imprevisto.

E se o bancário ainda está em dúvida se a festa vai bombar, é só conferir a programação de primeira: a ferveção vai ser ao som de Jau, Filhos de Jorge, Dois Tom e Meio e de DJ Preta. Vai ser um sábado com muito ritmo, alegria e, claro, aquela vibe de verão que todo mundo ama.

Essa é a segunda edição da festa, e as expectativas estão lá em cima. Se o ano passado foi demais, prepare-se, porque



Verão Bancários, segunda edição: ótima pedida

sábado vai ser ainda mais incrível. Vai ser um dia de muita música, diversão e uma galera animada.

Inscrição no futsal até sexta-feira

AS INSCRIÇÕES para o Campeonato de Futsal dos Bancários terminam na sexta-feira. Os jogos acontecerão na quadra do Ginásio de Esportes do Sindicato da Bahia, na ladeira dos Aflitos. Em breve serão divulgadas mais infor-

mações sobre o início da competição.

A relação com os nomes dos jogadores e do time deve ser enviada pelo representante da equipe para o e-mail marcobacaoartilheiro@bol.com.br. Também pode entrar em contato pelo número (71) 99941-6204.



TEMAS & DEBATES

Forças produtivas ou destrutivas?

Frei Betto *

Em 1974, Hans Magnus Enzensberger publicou o artigo *Crítica à ecologia política*, no qual questionava o paradigma marxista de que o desenvolvimento das forças produtivas erradicaria a miséria. Aliado a Marcuse, o intelectual alemão enfatizou que “as forças produtivas se revelam como forças destrutivas e ameaçam toda a base natural da vida humana.”

A crescente industrialização, a expansão do consumismo, a “sociedade da superabundância”, arruinam o equilíbrio ambiental, sacrificam os mais pobres e comprometem o futuro das próximas gerações. Eis o paradoxo: a riqueza gera pobreza, como adverte o papa Francisco na encíclica “*Laudato Si*” (“Louvado sejas – sobre o cuidado da casa comum”).

O filósofo André Gorz, em *Ecologia*, uma ética da libertação, frisa que a ecologia só atinge o seu caráter político e ético quando se compreende que a devastação da Terra resulta de um modo de produção centrado na maximização do lucro e no uso de tecnologias e recursos, como os combustíveis fósseis, que violentam o equilíbrio biológico.

Walter Benjamin, em *Teses sobre a filosofia da história*, contestou o conceito tecnocrático e positivista de história derivado do desenvolvimento das forças produtivas. Sonhou com um tipo de trabalho que, “longe de explorar a natureza, é capaz de trazer à luz suas criações adormecidas em seu ventre como promessa”. (...)

Esse debate sobre ecologia política deu ensejo ao ecossocialismo, no qual se destaca a obra de Michael Lowy. Quanto mais as forças produtivas avançam sem parâmetros ecológicos, mais a sua única fonte de recursos – a natureza – é degradada. Destroem-se as condições de sustentabilidade da espécie humana. A ambição tecnoeconômica predomina sobre as condições de vida na Terra.

A racionalidade moderna comete grave erro ao excluir do pensamento ecológico práticas tradicionais de indígenas e camponeses. A fim de dominar territórios dos países emergentes e subdesenvolvidos, impôs o pensamento tecnocrata e promoveu a colonização do conhecimento. Por isso, as lutas dos povos originários são políticas e epistemológicas, pois visam a descolonização do conhecimento para que se alcance a emancipação cultural e política e o surgimento de territórios sustentáveis de vida. Isso significa promover o reconhecimento e a revalorização dos saberes tradicionais e outros denominados “sabedoria popular” ou “saber local”.

* Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, é frade dominicano, jornalista e escritor

* Artigo completo no site

Vem aí PLR, conquista histórica

Bancos têm até março para pagar a segunda parcela. Fique de olho

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

Indiscutivelmente, receber a PLR é bom, mas saber como o benefício foi garantido também é importante. Os bancários se preparam para receber a segunda parcela em março deste ano, resultado da última campanha salarial. Mas, a garantia veio há um bom tempo, depois de muita luta.

O debate sobre a PLR começou na década de 1990 e o pagamento à categoria foi oficialmente incluído na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) em 1995, no entanto, somente para os bancos privados. Funcionários da rede federal passaram a ter direito ao benefício em 2003.

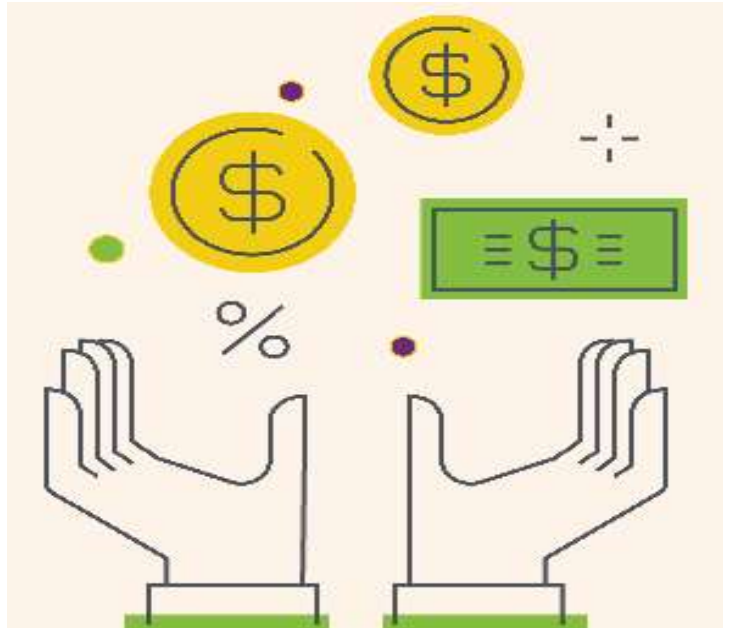
Importante dizer que a PLR é baseada na lucratividade anual do banco e o pagamento é realizado em duas parcelas. O pa-

gamento da primeira, espécie de antecipação, ocorre normalmente em setembro, logo após a campanha salarial. A segunda em geral é em março.

A alta lucratividade dos bancos, que em 2023 registraram lucro líquido de R\$ 144,2 bilhões, é também resultado do esforço diário dos bancários. De acordo com as regras, a segunda parcela da PLR é composta por um percentual do salário além de valores fixos mais parcela adicional, sendo deduzidos deste montante a antecipação e sua parcela adicional, bem como Imposto de Renda e contribuição negocial.

Para dar uma ideia. Com um salário bruto de R\$ 5.000,00, pela regra básica (90% de salário + R\$ 3.341,13) obtém-se um valor de R\$ 7.841,13. Além disso, a parcela adicional (definida como a divisão linear de 2,2% dos lucros do banco entre todos os empregados) perfaz um total de R\$ 6.938,32.

Pelo lado das deduções, há os R\$ 99,08 de contribuição negocial



(que é de 1,5% com limite máximo de R\$ 248,20) e a antecipação da PLR (R\$ 4.704,67) bem como a antecipação da parcela adicional (R\$ 3.469,16).

Desta forma, o valor total da segunda parcela da PLR a ser creditado em março, para um salário bruto de R\$ 5.000,00, é de R\$ 6.506,53. O valor, sem dúvida, faz diferen-

ça. Mas nem chega “aos pés” da quantia gorda que os acionistas recebem de dividendos.

Outra grande conquista é a gratificação semestral, equivalente a um salário, em geral, recebida a cada seis meses. O benefício é resultado de intensa luta e negociações entre o movimento sindical e os bancos. Garantias que confirmam que a luta vale a pena.

Na Caixa, o mês será de debates no Congresso

As pautas de interesse dos empregados da Caixa devem ser tratadas na Câmara dos Deputados e Senado Federal, a partir deste mês, com o retorno das atividades do Congresso Nacional. O movimento sindical vai manter atuação ativa no acompanhamento dos projetos.

Entre as propostas está o PL 1739/2024, que prevê a dedução integral no Imposto de Renda das contribuições extraordinárias para equacionar os déficits da Funcef, aliviando o impacto financeiro para os participantes.

O acompanhamento também inclui outras medidas que tratam do combate ao assédio às mulheres no ambiente de trabalho, o PLP 1399/2019. Outro texto é o PLP 265/2016, de recomposição dos fundos de pensão.

Também tem o PL 2995/2020, que autoriza a participação de instituições privadas na operação do FGTS, uma ameaça à sustentabilidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outros prejuízos à Caixa e ao desenvolvimento do país.



Proposta da Cassi deve ser rejeitada

Como o Banco do Brasil ainda não assumiu a responsabilidade dos débitos da Cassi cobrado dos funcionários, conforme previsto em contrato assinado em 2010, a orientação do movimento sindical é para que ninguém faça adesão a propostas apresentadas pela Caixa de Assistência.

A ameaça de cobrança automática, referente a valores ganhos em ações trabalhistas e acordos firmados em CCV (Comissão de

Conciliação Voluntária) ou CCP (Comissão de Conciliação Prévia) entre 2010 e 2023, tem gerado preocupação e indignação entre os trabalhadores.

Como o plano de saúde se mantém intransigente, a representação dos funcionários ingressou com ação judicial para garantir os direitos. A expectativa é de que o débito seja suspenso o mais rápido possível e iniciado o processo de negociação.



Desmata, lucra e não paga: crime

Em mais de R\$ 4,6 bi de multas, somente R\$ 700 mil pagos

CAMILLY OLIVEIRA
mprensa@bancariosbahia.org.br

A DESTRUIÇÃO da Amazônia nunca foi preocupação para Temer e Bolsonaro. Entre 2017 e 2020, sob gestões alinhadas ao agronegócio e às mineradoras, o desmatamento e a impunidade avançaram sem freios.

O descalabro foi tanto que apenas 5% dos processos resultaram em indenizações pagas, escancarando o descaso com o meio ambiente. Enquanto latifundiários lucravam, a floresta desaparecia, impunemente.

Levantamento do Imazon, com base em 3,5 mil ações do MPF (Ministério Público Fe-

deral), mostra que mesmo com o aumento das condenações, a responsabilização ainda é nula. Dos R\$ 4,6 bilhões cobrados em indenizações, menos de R\$ 700 mil foram pagos. A maioria dos processos foi arquivada ou extinta, evidenciando como a Justiça se curva diante dos interesses de atividades predatórias do agronegócio e da mineração.

Além da impunidade, o dinheiro recuperado não tem destino certo para a recuperação ambiental. Mesmo quando pagos, os valores vão para fundos públicos genéricos.

O cenário é reflexo de uma política que favoreceu desmatadores e grandes fazendeiros, permitindo que a destruição da floresta seja apenas mais um fator de multiplicação dos lucros para pessoas físicas e jurídicas que cometem crimes contra o meio ambiente.



O agronegócio é um dos principais responsáveis pelo desmatamento

Incêndios empobrecem a Amazônia

OS INCÊNDIOS, a imensa maioria criminosa, transformam a Amazônia em floresta secundária. Levantamento do Instituto Serrapilheira aponta redução de quase 70% na capacidade de conter o CO² (Dióxido de Carbono) e o empobrecimento de espécies nas áreas de transição da Amazônia e do Cerrado.

De janeiro a outubro de 2024, as queimadas afetaram 67 mil

quilômetros quadrados da região, montante 10 vezes maior do que o índice oficial de desmatamento, que chegou a 6,3 mil quilômetros quadrados.

O cenário é preocupante. O empobrecimento da floresta apresenta ameaça de extinção de espécies, inclusive da humanidade. Na prática, a área pobre não consegue gerar e nem fornecer o serviço ecossistêmico.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

SUPREMO CONSENSO Merece destaque e reprodução, a fala do presidente do STF, Roberto Barroso, na abertura do ano Judiciário: “Há o compromisso em sermos parceiros em tudo aquilo que, à luz da Constituição, seja bom para o Brasil”. Mais claro do que isto, só desenhando. Nem pensar anistia para golpistas e reversão da inelegibilidade de Bolsonaro. São consensos no Supremo. Que continue assim.

ENTENDERAM BEM Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (PR-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP), estavam próximos do ministro Roberto Barroso, no STF, e entenderam muito bem o recado. Constitucionalmente, o Legislativo não é instância revisora do Judiciário. Portanto, tolher o poder do Supremo e anistiar golpistas não têm valor legal. Só fazem agravar a tensão política.

GRANDE BALUARTE Em um Brasil sem mobilização popular, com a luta política movida pelas massas praticamente estagnada, o STF tem sido o grande baluarte do Estado democrático de direito. E deve continuar sendo, se depender do presidente, Roberto Barroso, e dos próximos, Edson Fachin (2025-2027) e Alexandre de Moraes (2027-2029). O Supremo tem tido êxito na guarda da Constituição.

ESTÃO PAGANDO A vida dá voltas. Ao assumirem, ultimamente, posições firmes em defesa da ordem constitucional e da legalidade, o presidente do STF, Roberto Barroso, e o próximo, Edson Fachin, têm honrado o pagamento da imensa dívida com o Brasil e os brasileiros. Os dois acreditaram e apoiaram a Lava Jato, origem do horror fascista que gerou Bolsonaro e vitaminou a extrema direita.

MUITO LONGE No plano institucional, não há hoje a menor dúvida quanto a firmeza do STF na guarda e na afirmação da Constituição. Porém, no plano econômico, o Supremo ainda está muito longe de uma postura mais firme ou pelo menos crítica à agenda ultraliberal. Tem admitido muitas privatizações lesa-pátria e derrotado os trabalhadores em questões classistas entre capital e trabalho.



Os incêndios transformam a Amazônia em floresta secundária: crime